

**SOU BRASILEIRO:
HISTÓRIA DOS TABOM,
AFRO-BRASILEIROS EM ACRA, GANA***

Alcione Meira Amos e Ebenezer Ayesu **

“Sou brasileiro”, declarou Kofi Acquah em 1915, quando prestava depoimento numa causa cível diante da Corte Divisional de Acra, na colônia britânica da Costa do Ouro. O avô de Kofi, Mama Nassu, tinha vindo do Brasil para Acra por volta de 1836 e, quase oitenta anos depois, seu neto ainda proclamava orgulhosamente sua origem brasileira. A declaração de Kofi Acquah foi possível devido ao tráfico transatlântico de escravos e ao sistema escravista dele nascido. Este sistema, que tem sido caracterizado como “o primeiro sistema de globalização da História”, produziu, entre seus efeitos duradouros, a criação de conexões entre Europa, África, Américas e Caribe que persistem até hoje. Talvez o mais interessante capítulo deste processo de globalização e trocas culturais tenha sido escrito pelo retorno dos afro-brasileiros para a África Ocidental no século XIX.¹

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada à *Annual Conference of the Historical Society of Ghana*, Institute of African Studies, University of Ghana, Legon, Acra, 25-28/07/2002, e posteriormente publicada como “I am Brazilian. History of the Tabon Afro-Brazilians”, *Transactions of the Historical Society of Ghana, New Series*, 6 (2002), pp. 35-58. Tradução de Valdemir D. Zamparoni.

** Respectivamente, acadêmica independente, Washington, DC, USA, e pesquisador do Institute of African Studies, University of Ghana, Legon, Acra, Gana.

¹ National Archives of Ghana (NAG), Divisional Court, STC 2/4/59, *Nassu v. Basel Mission Factory and Victoria Van Hein*, 16/03/1915, p. 241. Doravante, as primeiras citações dos processos civis do NAG indicarão o número de registro, os nomes das partes litigantes e a data da ação legal; as citações seguintes informarão apenas os nomes das partes. A mãe de Kofi Acquah foi Chicher Nassu, uma das filhas de Mama Nassu. A citação sobre o sistema escravista é de Dudu Diène, “Editorial”, *The Slave Route Newsletter*, 1 (2000), p. 1. http://www.unesco.org/culture/dialogue/slave/html_eng/newsletter1.pdf, acessado em 09/11/2005.

O Brasil, que aboliu a escravidão em 1888, recebeu a cifra estimada de 3.902.000 africanos entre 1500 e 1867. Este número representou 40,6% de todos os africanos que foram vendidos para o tráfico e enviados para as Américas durante aquele período.² Diante da magnitude destes números, poderia parecer insignificante que entre 3.000 e 8.000 afro-brasileiros tenham retornado à África durante o século XIX. Porém, a despeito de seu pequeno contingente, estes homens, mulheres e crianças implantaram na África o único exemplo, até então, de cultura brasileira exportada, no mundo. De fato, o que fizeram foi estabelecer uma colonização informal que criou enclaves de comunidades afro-brasileiras na costa da África Ocidental, em territórios que hoje são chamados de Benin, Togo, Nigéria e Gana.

Algumas destas comunidades que floresceram no século XIX existem ainda hoje naqueles países. Celebrações de festas brasileiras, nas quais a bandeira brasileira é exibida com orgulho, ainda têm lugar no Benin. Comidas brasileiras tais como *feijoada*, *kosidou* (corruptela de *cozido*) e *concada* (corruptela de *cocada*) são ainda consumidas com satisfação em áreas francófonas da África Ocidental por pessoas que se proclamam “brésiliens”.³

Neste artigo, os autores apresentam um estudo histórico preliminar da comunidade afro-brasileira de Acra, a capital de Gana (antiga colônia britânica da Costa do Ouro), baseado principalmente em informações compiladas de casos judiciais, datados do fim do século XIX e da primeira metade do século XX, que se encontram no National Archives

² De acordo com os dados, 876.100 escravos foram importados para o Nordeste do Brasil, 1.008.000 foram levados para a Bahia e 2.017.900 foram levados para o Sudeste do Brasil. David Eltis, “The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: a Reassessment”, *The William and Mary Quarterly*, vol. 58, n° 1 (2001). <http://historycooperative.org/journals/wm/58.1/eltis.html>, acessado em 01/11/2001. Ver tabela III.

³ Milton Guran, *Agudás: os “brasileiros” do Benim*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, pp. 1, 124. Alberto da Costa e Silva, “Os brasileiros ou agudás e a ocupação colonial da África ocidental: cumplicidade, acomodação e resistência”, in Maria Emília Madeira Santos (org.), *A África e a instalação do sistema colonial*, Atas da III Reunião Internacional de História da África (Lisboa, Centro de Estudos de História e Geografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000), pp. 203-219. Recentemente foi noticiado que a Embaixada do Brasil na Nigéria estava enviando, semanalmente, um funcionário ao Benin para ensinar fundamentos de língua portuguesa para as famílias “brasileiras” em Porto Novo e Uidá: “Chachá VIII. Um brasileiro remoto”. <http://www.icarobrasil.com.br/anteriores/edanterior/9912/chacha.htm>, acessado em 14/12/2002.

of Ghana. Também são usadas histórias orais da comunidade, obtidas no século XX, e um considerável volume de obras publicadas.

A história registra que os primeiros brasileiros a chegar à área da Costa Ocidental da África que hoje é parte de Gana eram traficantes de escravos que operavam a partir das fortalezas dinamarquesas de Ada e Keta. Três deles, que atuavam no começo do século XIX, se tornaram famosos (ou infames), e seus nomes entraram para os livros de história. Trata-se de João Gonçalves Baéta, José de Mora [Moura?] e César Cerqueira de Lima.⁴ Gonçalves Baéta estabeleceu uma linhagem acadêmica que se tornou famosa no Togo e em Gana. Um de seus descendentes, Robert Domingos Gonçalves Baeta, foi líder da Igreja Presbiteriana no Togo. Outra, Lily Baeta, foi uma lingüista que traduziu obras clássicas da literatura para o *ewe*, uma das línguas faladas em Gana. Outro descendente, Christian Kwami Gonçalves Baéta, que obteve seu doutorado na Universidade de Londres, foi um destacado professor na Universidade de Gana e um especialista em história teológica. O quarto conhecido traficante de escravos, sócio tanto de Gonçalves Baéta quanto de Cerqueira Lima, foi Francisco Olympio da Silva, que chegou à área em 1853. Tornou-se o patriarca de uma famosa e poderosa família afro-brasileira no Benin e no Togo. Seu neto, Sylvanus Epiphanyo Kwami Olympio, foi eleito presidente do Togo após a independência do país, obtida da França em 1960, e seria assassinado num golpe de Estado 1963.⁵

⁴ Ray Jenkins, "'West Indian' and 'Brazilian' Influences in the Gold Coast, Ghana c. 1807-1914. A Review and Reappraisal of Communities in the Post-Abolition Links between West Africa and the Caribbean and Brazil", texto apresentado à *12^a Annual Conference of the Society for Caribbean Studies*, Hoddesdon, Hertfordshire, UK, 12-14/07/1988, disponível nas coleções da Society for Caribbean Studies, Institute of Commonwealth Studies, University of London, p. 4; Alberto da Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza: mercador de escravos*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/EdUERJ, 2004, p. 120.

⁵ Cerqueira Lima foi um aprendiz de Gonçalves Baéta, enquanto Olympio foi aprendiz de Cerqueira Lima, que também dizia ser seu tio; D. E. K. Amanumey, "Geraldo de Lima: a Reappraisal", *Transactions of the Historical Society of Ghana*, 9 (1968), pp. 65-67. José de Mora foi identificado pelo governador Carstensen, em 1842, como sendo espanhol: Edward Carstensen, *Governor Carstensen's Diary, 1842-1850*, Legon, Ghana, Institute of African Studies, 1965, p. 5 (entrada de 26/10/1842); Idem, *Gouverneur Edward Carstensens Indberetninger Fra Guinea, 1842-1850*, Copenhagen, I Kommission Hos Gad, 1964, p. 26. A dissertação de Christian G. Baéta foi publicada como *Prophetism in Ghana: a Study of Some "Spiritual" Churches*, London, SCM Press, 1962; Alcione M. Amos, "Afro-Brazilians in Togo: the Case of the Olympio Family, 1882-1945", *Cahiers d'Études Africaines*, 162 (2001), pp. 294, 299-300, 309; Idem, "She Translated Tolstoy Into Ewe", *West Africa*, 1766 (1950), p. 1221.

O retorno de muitos afro-brasileiros para a Costa Ocidental da África ocorreu durante as primeiras décadas do século XIX. Muitos deles foram da Bahia, onde as revoltas escravas estavam ocorrendo neste período. Devido às duras condições que se seguiam a cada nova rebelião, muitos escravos libertos eram induzidos a retornar à África. Durante este agitado período, a população escrava e negra livre da Bahia incluía um considerável número de muçulmanos pertencentes aos grupos étnicos hauçá, nupé e *kanuri*. Tinham chegado da região do Sudão Central, a área de savana que compreendia o médio Níger, a bacia do rio Benue e o lado ocidental do lago Chade.⁶ A série de revoltas escravas nas décadas iniciais do século XIX culminou na grande revolta malê de 1835, que não só resultou em duras punições àqueles diretamente envolvidos na revolta, mas também na deportação massiva de libertos que eram vistos como uma ameaça à população branca. É neste contexto histórico que podemos incluir a chegada em Acra, nas primeiras décadas do século XIX, de um pequeno número de muçulmanos, pertencentes ao grupo étnico hauçá, que haviam conseguido sua liberdade no Brasil.⁷

Quando os afro-brasileiros chegaram, Acra estava organizada “em zonas de influência européia” que eram determinadas pela existência de três fortes ocupados pelos holandeses (Fort Crèvecoeur), britânicos (James Fort) e dinamarqueses (Christiansborg Castle). O grupo nativo predominante era o *gã*, que tinha chegado à área de Acra no século XVI. Quatro *aktusei* (bairros) *gã* da cidade — Asere, Abola, Gbese e Otublohum —,

⁶ João José Reis, *Slave Rebellion in Brazil*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1993, pp. 40-69; Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*, São Paulo, Editora Corrupio, 1987, pp. 329-357; Paul E. Lovejoy, “Background to Rebellion: the Origins of Muslim Slaves in Bahia”, *Slavery and Abolition*, 15 (1994), p. 155; Idem, “The Central Sudan and the Atlantic Slave Trade”, in Robert W. Harms, Joseph C. Miller, David S. Newbury and Michele D. Wagner (orgs.), *Paths Toward the Past: African Historical Essays in Honor of Jan Vansina* (Atlanta, African Studies Association Press, 1994), p. 345; Idem, “Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia”, *Topoi*, 1 (2000), pp. 11-44; também disponível em <http://www.yorku.ca/nhp/publications/topoi/index.asp?page=003>, acessado em 28/01/2002. Paul E. Lovejoy estabeleceu a conexão entre os escravos muçulmanos na Bahia durante as primeiras décadas do século XIX e os principais deslocamentos causados pela *Jihad* do xeique Usman dan Fodio, que fundou o Califado de Sokoto no começo do século XIX.

⁷ Verger, *Fluxo e refluxo*, pp. 360-362; Reis, *Slave Rebellion*, pp. 205-230. Dos registros históricos e dos nomes dos imigrantes originais que vieram para Acra, parece possível inferir que alguns deles nasceram no Brasil, enquanto outros, não. Para simplificar a identificação do grupo aqui estudado, eles serão mencionados como afro-brasileiros, independentemente de seu lugar de nascimento.



Grupo de brasileiros de descendência africana no convés de um navio a caminho da África Ocidental. Fonte: Coleção da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, sem data.

que tinham se formado nos séculos anteriores, estavam sob a proteção nominal dos holandeses. Na época da chegada dos afro-brasileiros, o chefe de Otublohum, Kwaku Ankrah, era também o *makelaar*, ou seja, o agente dos holandeses entre os nativos, e liderava o tráfico de escravos na área. A história oral registra que o primeiro grupo de afro-brasileiros chegou à Acra holandesa em 1829, sob a liderança de Kangidi Asuman, que depois mudou seu nome para Azumah (ou Asumah) Nelson. As tradições históricas ainda sobreviventes no século XXI afirmam que este primeiro grupo veio a bordo do navio cargueiro Salisbury e era formado por sete famílias.⁸ Após a chegada, Kwaku Ankrah os recebeu, e foi sob sua proteção pessoal que receberam terra para se estabelecerem em Otublohum.⁹

Um segundo grupo de afro-brasileiros chegou, por volta de 8 de agosto de 1836, da Bahia e incluía cerca de 200 homens, mulheres e crianças. Foram identificados como “libertos”, e a data de sua chegada parece indicar que podem ter sido expulsos da Bahia na seqüência da Revolta dos Malês de 1835, ou que tenham decidido partir devido às duras condições de existência impostas aos negros após a revolta. Foram bem recebidos por Ankrah, mas não pelas autoridades holandesas.

O comandante holandês Christian Ernst Lans escreveu numa carta a Ankrah, datada de 16 de agosto de 1836, onde dizia: “Você teria agido melhor pedindo minha permissão”, antes de aceitar os afro-brasileiros na Acra holandesa. Numa entrada com a mesma data em seu diário oficial, Lans escreveu sobre os afro-brasileiros: “Essas pessoas [...] na verdade não são o melhor tipo de gente, e eu devo falar muito seriamente com o chefe [Ankrah] acerca de seus atos”. Podemos somente

⁸ “Brazil House Rehabilitation Project”, relatório preparado pela Embaixada do Brasil em Acra, em colaboração com o Tabon Mantse Secretariat e a UNESCO, 2001, pp. 7, 9, 13. O nome de Kangidi Asuman aparece na mais completa lista dos nomes *tabom* encontrada até agora e publicada em 1927. Este nome desapareceu dos registros posteriores. Os autores inferiram que Kangidi Assuman mudou seu nome para Azumah Nelson. A. Addo-Aryee Brown, “Historical Account of Mohammedanism in the Gold Coast”, *The Gold Coast Review*, 3 (1927), p. 196. Foram infrutíferas as tentativas para identificar o navio Salisbury.

⁹ Madeline Manoukian, *Akan and Ga-Adangme Peoples*, London, International African Institute, 1950, p. 67; John Parker, *Making the Town: Gã State and Society in Early Colonial Accra*, Portsmouth, NH, Heinemann, 2000, pp. 10-16; Brown, “Historical Account”, p. 196; Samuel Quarcoopome, “The Brazilian Community of Accra” (Dissertação de Mestrado em História, University of Ghana, Legon, 1970), p. 7. Pelo menos alguns dos primeiros brasileiros retornados foram levados por Ankrah, para sua casa, após sua chegada: NAG, *Nassu v. Basel Mission*, op. cit., p. 397.

especular sobre que tipo de experiência Lans possa ter tido com os primeiros brasileiros que haviam chegado a Acra para que tivesse tal reação negativa frente ao grupo de 1836.¹⁰

Não obstante, dado que os afro-brasileiros já tinham sido admitidos na Acra holandesa, o comandante, tentando ser prático e justo, determinou que os recém-chegados deveriam ter liberdade religiosa assegurada; que deveriam jurar “sobre suas próprias Bíblias” (muito provavelmente os imigrantes teriam cópias do Alcorão e não da Bíblia) fidelidade ao rei da Holanda, e também deveriam receber terra “considerada apta para a agricultura”. Assim, os afro-brasileiros ficaram também sob a proteção oficial dos holandeses.¹¹

Outra tradição indica que um terceiro grupo de afro-brasileiros chegou do Brasil via Lagos, também em 1836. O líder religioso desse grupo seria Mahama Sokoto, um nome indicativo de sua conexão com o xeique Usman dan Fodio, fundador do Califado de Sokoto. Finalmente, também têm sido encontradas informações sobre a chegada da família Costa, sozinha ou como integrante de um outro grupo, em 1838.¹²

Os nomes de algumas das famílias afro-brasileiras pioneiras de Acra eram ainda lembrados no século XX: Aruna; Nassu; Asuman (Azumah); Tintingi; Adama; Peregrino; Abu; Marselieno (muito provavelmente Marcelino ou Marciliano e algumas vezes grafado Maslino ou Maslieno); Sokoto; Viara (provavelmente Vieira) e Aliptara. A família Ribeiro parece ter chegado de maneira independente das demais.¹³

¹⁰ Algemeen Rijksarchief (Haia), “Register van minuten van uitgraande brieven aau de engelse betzithingen ter Kuste, 1834-1838”, código de inventário 1.05.14, nº 699, [*Lans*] to *Ancra* [sic], *Elmina, August 16, 1836*; Algemeen Rijksarchief (Haia), “Nederlandse Bezittingen ter Kuste van Guinea, 1673-1872”, código de inventário 1.05.14, nº 362, *Journal 1836*. Tradução do holandês para o inglês cortesia de Eric McMillan.

¹¹ Algemeen Rijksarchief, [*Lans*] to *Ancra* [sic], *op. cit.* Há uma discrepância sobre o número de recém-chegados. O *Journal* lista “20 escravos forros”, e a carta lista “20 escravos libertados” chegados a Acra. Uma tentativa de encontrar, nos registros do Algemeen Rijksarchief, na Holanda, a carta de Kwaku Ankrah que informava a chegada dos afro-brasileiros, e que possivelmente poderia esclarecer o número, não teve sucesso: mensagens eletrônicas de Victor van den Bergh, 12 e 26/04/2002.

¹² Raymundo de Souza Dantas, *África difícil (Missão condenada: diário)*, Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1965, pp. 45-46; NAG, SCT 2/4/50, *Millers v. Victoria Van Hein*, 12/02/1912, p. 499.

¹³ Brown, “Historical Account”, p. 196; Quarcoopome, “The Brazilian”, pp. 4-5; Jenkins, “‘West Indian’ and ‘Brazilian’”, pp. 4-5. Ver Apêndice A para a lista dos nomes de 22 pioneiros *tabom* que foram identificados pelos autores. Lovejoy identificou muitos desses nomes como “formas facilmente reconhecíveis de nomes Haussá”: mensagem eletrônica de Paul E. Lovejoy, 20/02/2002.

Em relação ao nome *tabom*, a tradição oral diz que, após sua chegada, os retornados afro-brasileiros, incapazes de falar a língua local, ficavam “impacientes, incomodados ou irritados” quando não eram entendidos por seus anfitriões e respondiam “Tá bom, tá bom” a toda questão que lhes era dirigida. Daí passaram a ser chamados de *tabom* e é sob este nome que ainda hoje são conhecidos.¹⁴

As relações cordiais mantidas entre os afro-brasileiros na Acra holandesa aparentemente se devem a uma combinação de fatores. Primeiramente, o chefe Kwaku Ankrah parece ter tido um interesse pessoal nos *tabom*. Ele deu o nome brasileiro de Antônio a um de seus filhos, e seu irmão mais velho nomeou de Pedro um de seus filhos. Kwaku Ankrah parece ter sido bem sucedido no recrutamento de alguns afro-brasileiros para o comércio de escravos. Em 1845, o governador dinamarquês Edward Carstensen reportou do Christiansborg Castle que “a Acra holandesa tem sido há algum tempo o centro de comerciantes de escravos, especialmente os negros brasileiros emigrados”. O governador Carstensen continuou afirmando que, três meses antes, um desses traficantes brasileiros tinha sido preso no interior do país conduzindo dois escravos para a costa para serem vendidos. Os escravos foram imediatamente postos em liberdade. Entretanto o governador lamentou que, “se um escravo é preso e libertado, centenas seguem sem interferência”. Quase vinte anos depois, em 1864, era ainda relatado que os afro-brasileiros de Acra estavam controlando “um florescente comércio de escravos do território Ewe para Acra”.¹⁵

¹⁴ Brown, “Historical Account”, p. 196; Jenkins, “‘West Indian’ and ‘Brazilian’”, p. 4; Johann Zimmermann, *A Grammatical Sketch of the Akra or Gã-Language, with some Specimens of it from the Mouth of the Natives and a Vocabulary of the same, with an Appendix on the Adanme dialect*, Stuttgart, Basel Missionary Society, 1858, vol. 2, p. 283. Outra versão para a história é que os “brasileiros” constantemente cumprimentavam-se com a expressão “Tá bom!, Tá bom!”, e a população local começou então a usar a expressão para nomeá-los: “Brazil House,” 2001, p. 7. Ambas as versões são plausíveis.

¹⁵ Parker, *Making the Town*, pp. 91, 125, 126, 127; Jenkins, “‘West Indian’ and ‘Brazilian’”, p. 11; *Gold Coast Chronicle*, 13/06/1894; 17/05/1897; 09/09/1897; Hans W. Debrunner, *A History of Christianity in Ghana*, Accra, Waterville Pub. House, 1967, p. 170; Jean M. Grove e A. M. Johansen, “The Historical Geography of the Volta Delta, Ghana, During the Period of Danish Influence”, *Bulletin de l’Institut d’Afrique Noire, Série B, Sciences Humaines*, 30 (1968), p. 1417; Carstensen, *Governor Carstensen’s Diary*, pp. 19-20 (anotação de 13/05/1845); Idem, *Gouverneur Edward Carstensens*, pp. 141-42. Não foi encontrada informação sobre quando os *tabom* pararam de traficar escravos, mas é sabido que continuou a haver demanda de escravos na Costa do Ouro até o final do século XIX. Akosua Perbi, “The Relationship between the Domestic Slave Trade and the External Slave Trade in Pre-Colonial Ghana”, *Research Review* (Institute of African Studies, University of Ghana), 8 (1992), p. 66.



*Em frente do Forte Ussher, as grandes casas de pedra dos tabom contrastam com as casas cobertas de palha dos habitantes locais.
Fonte: Foreign and Commonwealth Office Library, Londres, Vistas da Costa do Ouro, 1887, Vista do Mar de “Ussher Town”, Acra (Cortesia).*

Em segundo lugar, alguns dos afro-brasileiros chegaram com habilidades profissionais e dinheiro, recursos que eram bem recebidos pela população local. Entre eles, de acordo com documentos encontrados, havia pedreiros, carpinteiros, alfaiates, ferreiros, ourives, escavadores de poços de água potável e famílias com habilidades no cultivo agrícola. As famílias Azumah Nelson e Peregrino, por exemplo, eram lembradas por sua habilidade com a costura, enquanto as famílias Aruna e Nassu eram conhecidas por sua experiência com a agricultura.¹⁶

A primeira casa construída pelos *tabom* em Otublohum pertencia a Mama Nassu. Foi edificada próxima ao mar, e a rua na qual se localizava é hoje conhecida como Brasil. Esta casa foi depois reconstruída nas primeiras décadas do século XX por Kofi Acquah, neto de Mama Nassu, quando retornou da Nigéria, onde trabalhara como cozinheiro. Resquícios de paredes de pedra, construídas por pedreiros brasileiros nos séculos XIX e princípios do XX, podem ainda hoje ser vistos próximos ao local em que esta primeira casa foi levantada. Estas casas brasileiras, edificadas em pedra, contrastavam flagrantemente com as casas cobertas de sapé da população local.¹⁷

Todavia, a área na qual os *tabom* se estabeleceram originalmente, no Otublohum, rapidamente se superpovoou, e a comunidade se expandiu para o Norte. George Aruna Nelson, neto de Azumah Nelson e alfaiate de profissão, construiu a Scissors House (Casa da Tesoura) em Swalaba, em 1854. A casa ainda lá está e é propriedade do Tabon Mantse.¹⁸

Na família Aruna, os jovens escravos masculinos foram comandados por Fatuma Aruna, esposa de Malam Aruna, na capina e limpeza do terreno na Rua Lutterodt (então conhecida como King William Street),

¹⁶ Dantas, *África difícil*, p. 46; Quarcoopome, “The Brazilian”, pp. 8, 10; relatório “Brazil House,” p. 7; NAG, *Nelson v. Ammah and Aruna*, 14/10/1939, p. 111.

¹⁷ O Ministério do Governo Local e do Desenvolvimento Rural em colaboração com a Unesco e a Embaixada do Brasil, no contexto do Programa de Conservação e Desenvolvimento Urbano Integrado da Velha Acra, estão tentando reformar a Brazil House e torná-la um centro histórico para a comunidade *tabom*: relatório “Brazil House,” 2001, pp. 13, 17-24; Parker, *Making the Town*, p. 99; “Old Accra: High Tourism Potential, but Neglected”. <http://www.eturbonews.com/editions/03DEC2002.htm>, acessado em 28/01/2002. Henry M. Stanley, *Coomassie and Magdala: the Story of two British Campaigns in Africa*, Freeport/New York, Books for Libraries Press, 1971, pp. 76-77: informação e fotografias obtidas por Ebenezer Ayesu, Acra, dezembro de 2001.

¹⁸ *Mantse* ou *Manche* significa ‘chefe’.

na área de Atukpai, para construir uma nova casa para a família. Pelos anos de 1930, os descendentes de Malam Aruna e seus escravos ainda possuíam ao menos três casas na quadra 6 da Rua Lutterodt. Membros da família Nelson construíram na Estrada Pagan, nas proximidades da mesma área. Em 1924, o governo colonial britânico pagou a um descendente de Azumah Nelson o valor de 1.650 libras esterlinas por uma casa na quadra 16 da Estrada Pagan, que foi demolida a fim de melhorar a via.¹⁹

Além dos terrenos urbanos onde os *tabom* construíram suas casas nos primeiros meses de sua chegada, os imigrantes afro-brasileiros receberam terras para cultivar. A rapidez com que a terra foi concedida indica que o chefe Ankrah estava de fato seguindo as ordens do comandante holandês. Segundo tradições orais, Mahama Sokoto, o líder espiritual do grupo, negociou com a liderança *gã* as terras localizadas ao norte de Otblohum, acima da área de Adjabeng. Devido à sua localização, estas terras se tornaram, mais tarde, extremamente valorizadas e fonte de muita controvérsia judicial entre os membros da comunidade *tabom*.²⁰

Embora não documentado com detalhes, o processo pelo qual estas terras foram cedidas aos *tabom* deve ter seguido os rituais prescritos pela crença tradicional *gã*, segundo a qual “os verdadeiros proprietários das terras são os deuses”. Mesmo pensando que os deuses possuíam as terras, o direito de seu uso poderia ser concedido a estrangeiros, como os *tabom*. Logo, a liderança *tabom*, sob Mahama Sokoto, teve que se aproximar dos anciões *gã*, e “uma vez realizado o ritual necessário, o qual [...] [envolveu] a provisão de bebidas para verter em libação aos deuses e ancestrais, o pagamento de uma taxa simbólica [...] e o sacrifício de uma ovelha, a terra [...] [foi] alocada [...]”.²¹

Os limites precisos da “terra brasileira”, como ficou conhecida a terra concedida aos *tabom*, tem sido difícil de determinar a partir dos

¹⁹ Yawah, uma antiga escrava de Fatuma Aruna, possuía as casas número 137 e 138, enquanto Maslieno possuía a de número 139: NAG, STC 15/1/56, *Lutterodt St. Yawah v. Maslieno*, 2/01/1930, pp. 33, 37-8; NAG, STC 15/1/89, *Nelson v. Nelson*, 27/02/1931, pp. 88-89; Parker, *Making the Town*, p. 63; relatório “Brazil House”, p. 9.

²⁰ NAG, SCT 2/4/21, *Matter of Public Lands in the Supreme Court of the Gold Coast Colony held at Victoriaborg, the 15th day of November, 1895. Case of Plange and the Brazilians*, p. 2; NAG, SCT/15/601, *Millers v. Van Hein*, p. 500; NAG, *Fiscian v. Nelson and Basmaty*, 1945, p. 104.

²¹ Samuel S. Quarcoopome, “The Impact of Urbanization on the Socio-Political History of the Ga Mashie People of Accra: 1877-1957” (Tese de Doutorado, University of Ghana, 1993), pp. 76-77.

registros disponíveis. Depoimentos na Justiça, em 1945, parecem fornecer as melhores descrições possíveis de tais limites. Um dos depoimentos afirma que: “A terra dada aos brasileiros estendia-se do [...] Vale Adjabeng até o Vale Fanofa [...] e da atual Estrada do Asilo até a Estrada Kibbi (atual Accra Nsawan Road)”. Na Acra dos dias atuais, parece que as terras dos *tabom* começavam ao Sul, na estrada Adjabeng, e terminavam ao Norte, nos arredores da área da Estrada Fanofa. Para Leste, as fronteiras terminavam na Estrada do Asilo (atual Barnes Road) e para Oeste, na Estrada Nsawan (hoje Avenida Kwame Nkrumah).²²

Sob a lei tradicional que regia o uso de terras comunais, como descrito, a terra era originalmente possuída em comum pelos *tabom*, e qualquer membro do grupo podia cultivá-la. No entanto, uma variação deste sistema de posse aparentemente ocorreu logo no início. A situação foi sucintamente descrita em 1912 da seguinte maneira: “o lote que cada um limpava era seu”. Portanto as famílias que tinham meios para limpar e cultivar as terras comunais se tornaram, *de facto*, proprietárias privadas. As famílias Nassu e Aruna parecem ter sido as primeiras a cultivar com sucesso a área, empregando para isto trabalho escravo. Depois, a família Nelson cultivou a área. Há indicações de que Malam Adama e a família Vieira também cultivaram a “terra brasileira”.²³

Estas famílias plantavam uma variedade de produtos que incluíam feijão, mandioca, milho, caju, manga, coco, abacaxi, pimenta, algodão e ervas medicinais. Cada família demarcava sua porção da terra comunal plantando árvores nos cantos de sua área. Os empreendimentos agrícolas eram lucrativos, e os produtos eram rapidamente vendidos aos *gã*, que eram principalmente pescadores. Grupos de mangueiras ainda hoje existem na Acra moderna, como testemunhos do empreendimento agrícola dos *tabom* no século XIX.²⁴

²² NAG, *Fiscian v. Nelson*, *op. cit.*, p. 15.

²³ NAG, *Millers v. Van Hein*, *op. cit.*, p. 495; NAG, *Nassu v. Basel Mission*, *op. cit.*, pp. 223, 274, 362, 367; NAG, *Matter of Public Lands*, *op. cit.*, pp. 33, 34, 37. A lista dos nomes de alguns dos escravos pertencentes às famílias Aruna, Nassu e Vieira estão no Apêndice B.

²⁴ Quarcoopome, “The Brazilian”, pp. 7-8; Dantas, *África difícil*, p. 46; relatório “Brazil House”, p. 7; Discurso feito na recepção dos *tabom*, no sábado, 14 de março de 1994 por Mr. Dan Morton, cópia no acervo pessoal de Alcione M. Amos; NAG, SCT/21/7/19, *King Tackie v. Nelson*, 29/09/1892, pp. 9, 11-12, 15 NAG, *Fiscian v. Nelson*, *op. cit.*, p. 38.

A falta de água para uso doméstico e agrícola era um grande problema na época da chegada dos *tabom* a Acra. A habilidade dos recém-chegados em cavar poços contribuiu para seu sucesso no cultivo das terras que lhes foram dadas. Os afro-brasileiros cavaram poços profundos, que forneciam água limpa e fresca que generosamente repartiam com os *gã*. A habilidade dos *tabom* em “adivinhar” os lugares adequados para abrir poços era muito bem lembrada até o século XX.²⁵

Outro uso para as terras era a colheita de ervas medicinais. Quando Fatuma Nassu, neta de Mama Nassu, um dos primeiros imigrantes afro-brasileiros, ficou doente com uma infestação de vermes da Guiné,²⁶ seu pai, Abotchei Nassu, foi para a “terra brasileira” obter ervas para sua cura.²⁷

Ainda que esteja fora do escopo deste artigo discutir em profundidade a natureza da escravidão na sociedade *gã* em geral e entre os *tabom* em particular, é importante, ao menos, comentá-la. Entre os *gã* e na África Ocidental em geral, a escravatura diferia em natureza daquela que existiu no Brasil e nos Estados Unidos. Akosua Perbi, uma destacada acadêmica neste assunto, afirmou que: “Em razão de pertencer à família, linhagem e clã de seu/sua proprietário/a, um escravo poderia chegar a ocupar uma posição de autoridade, especialmente se não houvesse um herdeiro habilitado”. Esta integração usualmente ocorria após uma geração. Perbi ainda afirma: “Regras sociais e costumes [...] protegiam muito da dignidade do escravo [...] escravidão nativa em Gana não era [racial]”.²⁸

²⁵ NAG, *Fiscian v. Nelson*, *op. cit.*, p. 104; Entrevista com Mrs. Bossman, Rainha Mãe dos *tabom*, 19/08/1971, cortesia da Doutora Deborah Pellow, cópia no acervo pessoal de Alcione Meira Amos. A primeira fonte pública de água potável só foi inaugurada em Acra antes de 1910. Por volta de 1915, sessenta fontes públicas estavam sendo usadas pela população de Acra, noite e dia: David Kimble, *The Political History of Ghana: the Rise of Gold Coast Nationalism, 1850-1928*, Oxford, Clarendon Press, 1965, p. 145, n. 2.

²⁶ NT: Trata-se do *Dracunculus medinensis*, também chamado de “serpente de fogo”, mencionada em passagens bíblicas. É um parasito subcutâneo (na perna, principalmente) que chega a atingir um metro de comprimento. Infesta os humanos através da água contaminada. Ocorre na Ásia e África e, segundo informação da Fundação Oswaldo Cruz, chegou ao Brasil através de escravos africanos infestados, tendo sido comum no Nordeste, de onde desapareceu sem razões conhecidas. http://www.fiocruz.br/ccs/novidades/ai05/mumia_adr.htm, acessado em 11/07/2005.

²⁷ NAG, *Nassu v. Basel Mission*, *op. cit.*, p. 271.

²⁸ Akosua Perbi, “Slavery and the Slave Trade in Pre-Colonial Africa”, texto apresentado em 5/04/2001 na University of Illinois. www.ast.uiuc.edu/seminar/perbi/rtf, acessado em 12/07/2003; David Brunner, “Professor from Ghana gives Insight on Slavery”. www.purdueexponent.org/2001/03/23/features/bspeak.html, acessado em 12/07/2003; Raymond E. Dumett, “Pressure Groups, Bureaucracy, and the Decision-Making Process: the Case of Slavery Abolition and Colonial Expansion in the Gold Coast, 1874”, *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 9 (1981), p. 195.

Esta perspectiva da escravidão foi obviamente adotada pelos Aruna, uma das famílias originais dos *tabom*. Yawah, uma escrava que tinha sido adquirida ainda criança em Ayigbe, no interior da Costa do Ouro, para servir a Fatuma Aruna, esposa de Malam Aruna, tornou-se um membro da família. No começo do século XX, ela era reconhecida como a chefe da família, ao menos por uma de suas facções. Muitas das pessoas que assinaram a petição para torná-la a chefe da família Aruna carregavam o nome de ex-escravos da mesma família.²⁹

O uso pacífico e próspero da terra para cultivo ou fins medicinais e a crença original de que não podia ser alienada, porque, em última instância, pertencia aos deuses, começou a desaparecer, nos anos 1870, entre os *tabom* e a comunidade *gã* em geral. A transferência da capital colonial britânica para Acra em 1876, e o declínio da escravidão, devido à legislação abolicionista de 1874, aceleraram o processo. Após 1876, a terra, dentro e fora da cidade, tornou-se uma mercadoria valiosa. Proprietários perceberam que, em breve, eles não poderiam usar escravos para a agricultura; e que o valor das terras estava rapidamente sendo transferido de seu potencial agrícola para o quanto de dinheiro elas podiam representar, quando vendidas. De qualquer modo, a terra ao redor de Acra era imprópria para o cultivo de produtos comercialmente valiosos, tais como azeite de dendê e cacau, que, àquela altura, já enriqueciam os proprietários de terra em outros locais na Costa do Ouro.

Além disso, ao mesmo tempo, os anciões da comunidade *tabom* estavam morrendo e, sem dúvida, deixando um vácuo de liderança. Tornava-se fácil para os membros mais ambiciosos da geração mais jovem, menos tradicionais e menos ligados à terra, venderem-na.³⁰ Acrescente-

²⁹ NAG, *Nelson v. Ammah*, *op. cit.*, pp. 83-85. Os descendentes dos escravos dos Aruna que assinaram a petição foram: D. C. Peter, D. C. Noah, E. C. Noah, S. A. Peter, Fatumah Noah, Ambah Noah, Adjuah Aidah e Anna Noah.

³⁰ Parker, *Making the Town*, p. 98; Samuel Quarcoopome, "Urbanisation, Land Alienation and Politics in Accra", *Research Review* (Institute of African Studies, University of Ghana), 8 (1991), pp. 2-42. Mama Nassu morreu em 1874: NAG, *Nassu v. Basel Mission*, *op. cit.*, p. 397. Malam Adama morreu em 1882: Brown, "Historical Account", p. 196. O valor da terra em Adabraka cresceu de maneira astronômica no final dos anos 1940 e começo dos anos 1950, mas, a esta altura, é provável que a maior parte da "terra brasileira" já tivesse sido vendida: R. J. H. Pogucki, *Gold Coast Land Tenure. Land Tenure in Ga Customary Law*, Accra, Government Printer, 1955, vol. 3, p. 11.

se o fato de que, no começo do século XX, o governo colonial britânico começou a desenvolver a sério a “terra brasileira”, considerando-a como um dos primeiros subúrbios de Acra. Este subúrbio, Adabraka, foi estabelecido para diminuir a concentração populacional nos antigos bairros históricos no centro de Acra, na sequência da eclosão de um surto de peste bubônica, em 1908. Hoje, pode-se facilmente seguir as controvérsias que agitaram a comunidade *tabom* acerca da alienação da terra, consultando-se a documentação nos National Archives de Gana. Estes incluem os procedimentos de diversos processos relacionados com a terra que narram as disputas entre os membros das famílias Aruna, Maslino, Nassu, Nelson e Peregrino.³¹

Como mencionado, muitos dos primeiros *tabom* eram muçulmanos de etnia hauçá. Ao menos dois deles, Aruna e Adama, eram respeitosamente tratados como *Malam*, uma forma do árabe *muallin*, termo usado pelos hauçás para indicar respeito a um homem por sua erudição islâmica. Outro dos imigrantes originais, Mama Nassu, era lembrado por seu neto adotivo, em 1903, como sendo um “exímio conhecedor do árabe”.³²

Os *tabom* foram os primeiros a introduzir a fé muçulmana na área de Acra. Todavia, parece que muitos logo se converteram ao Cristianismo. Em alguns casos, a conversão era levada a cabo quando recebiam educação nas escolas das missões cristãs locais, as únicas então existentes. Em outros casos, membros da comunidade parece terem se convertido depois

³¹ NAG, *Fiscian v. Nelson*, *op. cit.*, p. 104. Duas versões para a origem do nome Adabraka foram descobertas nesta pesquisa. Uma é de que os hauçás que viviam na área mendigavam usando o termo *adabaraka* que significa ‘dê-me uma pouco de alguma coisa’. Deborah Pellow, *Women in Accra: Options for Autonomy*, Algonac, Reference Publications, 1977, p. 83. Mais provavelmente, porém, as terras foram assim nomeadas devido a um escravo dos “brasileiros” que nelas vivia como vigia, cujo nome era Adabraka: NAG, *Nassu v. Basel Mission*, *op. cit.*, p. 380. Parker diz que “Adabraka é uma palavra Haussá derivada do árabe *Albarka*, ‘bênção’”: Parker, *Making the Town*, p. 229, n. 12. Jonathan Roberts, “The Black Death in the Gold Coast: African and British Responses to the Bubonic Plague Epidemic of 1908”, *Gateway: a Academic Journal of the Web*, 3 (2001), pp. 27, 43, n. 119; também disponível em <http://grad.usask.ca/gateway/archive10.html>, acessado em 9/11/2005. Alguns dos processos envolvendo os *tabom* estão mencionados em importante trabalho sobre a posse da terra em Acra publicado em 1955: Pogucki, *Gold Coast Land*, pp. 15, 27, 37, 39.

³² South Africa Native Affairs Commission, *Report of the Commission with Annexures and Appendices, Minutes of evidence taken at the Cape Colony*, Cape Town, Cape Times Limited/Government Printer, 1904, vol. 2, p. 326.

de se casarem com membros das igrejas cristãs. Assim, Francisco Ribeiro, um comerciante em Acra, pai de três filhos, nascido entre 1867 e 1873, recebeu educação na Escola da Missão Metodista Wesleyana, que já atuava em Acra, em 1839, e parece ter se convertido lá.³³

A conversão da família Peregrino ao Cristianismo parece estar relacionada com o casamento de Adelaide Maria Peregrino, filha de Adsuma Maryamu Matta, uma das pioneiras imigrantes *tabom*, com John Plange, um dos primeiros líderes da Igreja Metodista em Acra.³⁴ A família Nelson se converteu tanto ao Anglicanismo como ao Metodismo. Aruna Nelson se tornou o padre encarregado da Igreja de Todos os Santos e depois ascendeu à posição de bispo anglicano de Acra. F. J. Nelson era ministro metodista.³⁵ Por outro lado, alguns membros da família Aruna permaneceram muçulmanos até o século XX. Em 1945, por exemplo, Isaac Cobblah Fiscian, bisneto de Malam Aruna, imigrante afro-brasileiro pioneiro, jurou sobre o Alcorão dizer a verdade num depoimento ao tribunal.³⁶

Enquanto as conversões religiosas e as alianças familiares mal podem ser percebidas nos documentos disponíveis, a tradição oral *tabom* registrou claramente que sua liderança permaneceu nas mãos da família de Azumah Nelson desde a chegada dos primeiros grupos nas décadas iniciais do século XIX. Quando os *tabom* chegaram à Acra holandesa, os *gã* deram a Kangidi Asuman, o líder das sete famílias que chegaram

³³ Brown, "Historical Account", p. 196; Mensagem eletrônica de Paul Lovejoy, York University, 20/02/2002; Quarcoopome, "The Brazilian", p. 15; Parker, *Making the Town*, p. 82; Claire C. Robertson, "The Nature and Effects of Differential Access to Education in Gã Society", *Africa*, 4 (1977), p. 209. Há indicações de que havia uma escola islâmica em Acra, em 1851. Johann Zimmermann, um missionário da Basel Mission, visitou a escola em 2 de janeiro de 1851 e viu que o professor tinha uma cópia do Alcorão e do Novo Testamento em árabe. Zimmermann também mencionou que os metodistas (wesleyanos) tinham batizado alguns dos muçulmanos. Uma vez que os *tabom* foram os primeiros muçulmanos a chegar a Acra, é provável que Zimmermann estivesse se referindo a eles, mas, desafortunadamente, não há como verificar esta presunção: Library of Congress (Washington, DC), Coleção de Microfilmes, n° 2000/53; rolo 129, 107, D-1-12-1-2, *The Ghana Archive of the Basel Mission*; B. A. R. Braimah, "Islamic Education in Ghana", *Ghana Bulletin of Theology*, 4 (1973), p. 10.

³⁴ Parker, *Making the Town*, p. 156; *South African Spectator*, 22/03/1902.

³⁵ Quarcoopome, "The Brazilian", pp. 10, 16; J. Michael Turner, "Cultura afro-brasileira na Costa Ocidental da África: um perfil", *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 1, n° 1, (1978), p. 25; Arthur Eustace Southon, *Gold Coast Methodism*, Cape Coast/London, Methodist Book/Cargate Press, 1934, p. 158.

³⁶ NAG, *Fiscian v. Nelson*, *op. cit.*, p. 15.

em 1829, um tamborete, símbolo da liderança *gã*. Asuman depois adotou o nome Azumah (ou Asumah) Nelson e, já como Azumah, adotou o título formal de Nii Azumah I. Seu filho, John Antonio (Alasha) Nelson, tornou-se Nii Azumah II após a morte do pai. Alasha Nelson era um respeitado herborista e amigo íntimo de Tackie Tawah, o principal chefe dos *gã* de 1862 a 1902.³⁷ Após a morte de John Antonio (Alasha), seu irmão George Aruna Nelson, que era alfaiate profissional e tinha construído a Scissors House, se tornou o líder da comunidade *tabom*, adotando o título de Nii Aruna I. George Nelson morreu em 1926. O líder seguinte da comunidade, Fortunato Antonio Nelson, Nii Azumah III, ainda mantinha a liderança quando o Brasil mandou seu primeiro embaixador para Gana recém-independente em 1961.³⁸

Quando o presidente Jânio Quadros chegou ao poder em 1961, instituiu uma política de “aproximação” com o mundo não ocidental, especialmente com os países da África e Ásia. Jânio Quadros esteve no poder por apenas sete meses, mas, durante este breve período, indicou o jornalista negro Raymundo Souza Dantas como o primeiro embaixador brasileiro em Gana. Aliás, Dantas foi também o primeiro embaixador brasileiro negro de todos os tempos.³⁹ Logo após sua chegada a Acra, um membro da comunidade *tabom*, que falava um excelente português, contatou-o, e, em 13 de abril de 1961, os *tabom* ofereceram uma recep-

³⁷ Parker, *Making the Town*, p. 264; entrevista com Mrs. Bossman. *Nii* é o título usado por um líder *gã*: Pellow, *Women in Accra*, p. 189. Para a informação de que John Antonio Nelson e Alasha Nelson são a mesma pessoa ver NAG, *Fiscian v. Nelson*, *op. cit.*, p. 21. A despeito de uma aparentemente bem estabelecida história oral, parece que a sucessão pela liderança na comunidade *tabom* não foi tão tranqüila como é lembrada. Além disso, são conflitantes as informações sobre a identidade de Nii Azumah III, para o período em que a liderança da família Nelson foi desafiada pela família Maslino. Em 1915, Joseph Edward Maslino, o filho de Zuzer (Zuza) Maslino, “um liberto” que veio do Brasil com os primeiros imigrantes, reivindicava ser o líder dos *tabom*: NAG, *Nassu v. Basel Mission*, *op. cit.*, pp. 273-274.

³⁸ Relatório “Brazil House”, pp. 7, 9. Contudo, Nii Azumah III foi identificado como Edward Padu Nelson: NAG, *Fiscian v. Nelson*, *op. cit.*, p. 34. Em 1954 Nii Azumah III foi arrolado como um dos “vinte e três chefes tribais de Acra” reconhecidos pelo Governo e foi identificado como o chefe da “comunidade brasileira”: Ioné Acquah, *Accra Survey: a Social Survey of the Capital of Ghana, Formerly called the Gold Coast, undertaken for the West African Institute of Social and Economic Research, 1953-1956*, Accra, Ghana Universities Press, 1972, pp. 101-102.

³⁹ Jânio Quadros, “Brazil’s New Foreign Policy”, *Foreign Affairs*, 40 (1961), pp. 19-27. Anani Dzidzienyo e J. Michael Turner, “African Brazilian Relations: a Reconsideration”, in Wayne Selcher (org.), *Brazil in the International System: the Rise of a Middle Power* (Boulder, CO, Westview Press, 1981), p. 202.

ção formal em honra do embaixador, sua esposa e seu filho. Toda a cerimônia foi conduzida na língua *gã*, com o *tabom* Nuno Peregrino traduzindo para o inglês, e um membro da equipe do embaixador, para o português (não há menção do que ocorreu com o membro da comunidade, fluente em português, que havia contatado o embaixador). Mais de trezentos *tabom* estiveram nesta celebração. A certa altura, a esposa do embaixador, Idoline Souza Dantas, foi convidada a dançar ao lado das mulheres *tabom* ao som de velhas canções da Bahia, cantadas por mulheres idosas. O refrão, em português, que ecoava várias vezes, era “Viva Iaiá, viva Iaiá”. Ironicamente, “Iaiá” era o termo respeitoso com que escravos brasileiros se dirigiam às mulheres brancas. O embaixador Souza Dantas disse, anos depois, que a celebração dos *tabom* foi seu dia mais feliz em Gana.⁴⁰

Nii Azumah III morreu naquele mesmo ano (1961) e foi sucedido por Nii Azumah IV, que foi o líder *tabom* por vinte anos, até 1981. Após sua morte, o tamborete *tabom* ficou vago por dezoito anos até que o Nii Azumah V, John Nelson, foi “entamboretado” em 1999. O embaixador brasileiro Paulo Wolowski esteve na cerimônia do durbar (apresentação ao público) de Nii Azumah V e seus subchefes em 26 de fevereiro de 2000. Em seu discurso, o embaixador enfatizou os fortes laços ainda existentes “entre Brasil e os Tabon”, 170 anos após sua chegada a Acra.⁴¹

Não há, contudo, indicações de que efetivamente os *tabom* tenham retido muito da cultura a que estiveram expostos no Brasil. Nas memórias do embaixador Dantas, do começo dos anos 1960, há a menção de que mulheres idosas do grupo ainda sabiam cantar velhas músi-

⁴⁰ Dantas, *África Difícil*, pp. 44-45. Para a definição de Iaiá, veja *Novo Dicionário Aurélio*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975, p. 736.

⁴¹ Relatório “Brazil House,” p. 10; “Speech delivered by the Ambassador H. E. Paulo A. Wolowski, at the outdoor Durbar of the Tabon Manche Nii Azumah V and sub-chiefs on Saturday, February, 26, 2000”, cópia no acervo pessoal de Alcione M. Amos. Nesta cerimônia, o novo chefe, renascido em sua nova função e com novo nome, é apresentado publicamente ao mundo. É semelhante ao ato praticado pelos pais *gã* que exibem e dão nome a seus filhos recém-nascidos numa cerimônia de “apresentação pública”. Durbar é uma recepção ou despedida de uma figura importante e simboliza o afeto, a admiração e o respeito que um determinado clã dispensa a uma pessoa. “Informações sobre os Tabom e o Durbar por eles organizado”. www.brasilghana.org/visitapresidencial/infors_sobre_os_Tabom_e_Durbar.doc, acessado em 09/11/2005. Mary Esther Kropp Dabuku, *One voice: the Linguistic Culture of an Accra Lineage*, Leiden, African Studies Centre, 1981, p. 41.

cas brasileiras, mas, quinze anos depois, quando J. Michael Turner visitou o grupo, verificou que somente poucas palavras em português eram usadas pelos *tabom* em músicas que cantavam durante sua apresentação como parte do Festival Homowo, a principal celebração da cultura *gã*. Os cantores não sabiam o significado das palavras. Turner notou, entretanto, que tinham um estilo de dança e um toque de tambor distinto, remanescente do estilo e dos sons que tinham visto e ouvido no Brasil.⁴²

Uma das razões para a ausência de uma forte influência da cultura brasileira entre a comunidade *tabom*, muito diferente da experiência dos *agudá* do Benin, por exemplo, pode estar relacionada ao fato de que alguns dos imigrantes muçulmanos de etnia hauçá, que chegaram da Bahia a Acra nas décadas iniciais do século XIX, não tenham ficado no Brasil por muito tempo. O caso de Adsuma Maryamu Matta, uma das primeiras imigrantes, pode dar-nos um bom exemplo desta situação. Adsuma era uma hauçá nascida na Nigéria. Levava dois filhos quando deixou o Brasil (Claude ou Claudio e Zaqueu Francisco Santiago Peregrino) e deu à luz um terceiro (J. P. Mattier) a bordo do navio a caminho da África. Depois, teve em Acra ao menos três outras crianças (Adelaide Maria, e os gêmeos Ahoteti e Ahotey). Isto parece indicar que era relativamente jovem quando migrou para Acra. Provavelmente, tinha sido adquirida ou capturada na Nigéria, vivido como escrava no Brasil e obtido sua liberdade, e tudo isto parece ter ocorrido num curto período de tempo. Sua estada no Brasil pode não ter sido longa o suficiente para que tenha adquirido um sólido conhecimento da língua e cultura locais.⁴³

⁴² Num processo envolvendo os *tabom*, Lamptey Quarcoopome, “lingüista” do Mantse *gã*, deu a seguinte declaração: “Os brasileiros vieram para o país e eles tinham os mesmos costumes, eram como nós”. Perguntado se os brasileiros tinham sua própria língua, Quarcoopome respondeu: “Eu nunca ouvi isto. Todos falam *gã*”. NAG, *Nassu v. Basel Mission*, op. cit., p. 448. Dr. Samuel S. Quarcoopome, em 1970, pesquisando os *tabom*, não observou nenhum hábito original: Quarcoopome, “The Brazilian”, p. 13. O relato da celebração de 13 de abril de 1961 feito pelo embaixador Dantas foi à única fonte em que os autores encontraram menção de que o português sobreviveu como língua falada pela comunidade *tabom* no século XX. As outras fontes indicam que o uso do português cedo desapareceu. O pesquisador Charlie Bell confirmou em recente entrevista que não há traços de conhecimento da língua portuguesa pelos *tabom* contemporâneos em Acra: Entrevista com Charlie Bell, Washington, DC, 11/2002. Turner, “Cultura Afro-Brasileira”, p. 23.

⁴³ NAG, *Millers v. Van Hein*, op. cit., p. 506; NAG, *Nassu v. Basel Mission*, op. cit., p. 355. Esta observação é de alguma forma confirmada pelo fato de que o período de maior concentração de escravos hauçás chegados à Bahia se deu entre 1800 e 1850. Lovejoy, “Jihad e escravidão”, pp. 12, 14.

Por outro lado, alguns dos imigrantes, embora tenham nascido no Brasil, não estiveram muito expostos à cultura local. De volta à África, alguns até mesmo se recusavam a admitir que tinham conexões com o Brasil. Este parece ter sido o caso de Malam Adama. Richard F. Burton, um viajante britânico, encontrou-se com Adama em Acra, no começo dos anos 1870. De acordo com Burton, Adama não gostava de reconhecer que seu local de nascimento tinha sido o Brasil e falava somente um “português tolerável”.⁴⁴

Assim, os *tabom* se tornaram solidamente vinculados à comunidade *gã*, mas “por causa do seu orgulho [...] gostavam de manter sua identidade”. Os líderes masculinos *tabom* eram lembrados como “homens respeitados” que “se vestiam adequadamente [...] com ternos Europeus e cartolas”. Quando os britânicos tomaram o enclave holandês em 1868, descobriram que os principais empreendedores na área eram tanto comerciantes nativos *gã*, como afro-brasileiros *tabom*.⁴⁵

Traficar escravos, como vimos, era uma das principais atividades econômicas dos *tabom* logo que chegaram a Acra. Apesar disso, alguns adotaram as tradicionais atividades comerciais dos *gã*, obtendo, à moda local, esposas e fazendo-as engajar-se no pequeno comércio. Por exemplo, J. P. Mattier, o filho de Adsuma que tinha nascido na viagem do Brasil, casou-se, em 1887, com o único propósito de obter ajuda da esposa em suas atividades comerciais. O casamento não funcionou, e, dois meses depois, a esposa retornou para a casa de sua mãe. Em 1888, Mattier estava tentando recuperar o dote que havia pago em dinheiro e em garrafas de gim.⁴⁶

John Antonio (Alasha) Nelson, Nii Azumah II, esteve em circunstâncias similares um ano depois. Em 1886, Amisah, uma das esposas de

⁴⁴ Richard F. Burton, “Two trips on the Gold Coast”, *Ocean Highways* (1874), p. 461.

⁴⁵ Entrevista com Mrs. Bossman; Parker, *Making the Town*, pp. 63, 82. Ver foto de John Antonio (Alasha) Nelson com roupas européias e cartola em companhia de muitos líderes *gã* incluindo o principal deles, Tackie Tawah, no relatório “Brazil House,” p. 8. Trajes de estilo europeu diferenciavam a elite urbana de Acra da parte tradicional da população. Parker, *Making the Town*, p. 136. Zaqueu Francisco Santiago Peregrino, por exemplo, era tido como “fabricante de tabaco”: “Certidão de casamento de Francis Peregrino e Ellen Sophia Williams, 22/10/1876”, cópia no acervo privado de Alcione M. Amos.

⁴⁶ NAG, SCT 17/4/12, *Mattier v. Aryichoe*, 22/08/1888, p. 25.

Nelson, estava encarregada de sua loja no mercado de Salaga, em Acra, onde vendia miçangas. As miçangas tinham sido sempre uma importante mercadoria importada para a Costa do Ouro por poderosas casas comerciais, como os Swanzy Brothers, e vendidas no mercado por mulheres engajadas no pequeno comércio, como era o caso de Amisah.⁴⁷

Nelson mantinha estrito controle dos negócios da mulher e toda semana fazia um inventário do estoque. Em uma ocasião, descobriu que faltavam muitos pacotes de miçanga no valor de dez libras esterlinas. Isto parece ter sido o começo dos problemas entre o casal, e, três anos depois, Amisah fugiu e retornou para a casa de sua mãe. Nelson cobrou o débito na corte do *gã* Mantse Tackie Tawah, que determinou que ele deveria esquecer metade do valor. Nelson nunca recebeu suas cinco libras esterlinas e levou o caso para a corte distrital britânica. Amisah foi condenada a pagar as cinco libras esterlinas a Nelson, além dos custos judiciais. Não está claro nos registros se Nelson recebeu o dinheiro.⁴⁸

Outra preocupação entre os *tabom* era a educação de seus filhos. Em 1873, quando nasceu seu caçula, Francisco Ribeiro apresentou uma petição às autoridades coloniais britânicas pedindo a criação de uma escola secundária na cidade. Em resposta, os missionários wesleyanos fundaram uma escola secundária em Acra, em 1876, que passou a ministrar educação secundária de “alto nível”. Francisco Ribeiro colheu os frutos de sua atitude visionária com o sucesso obtido mais tarde por seus filhos.⁴⁹

Outro *tabom* que deu grande importância à educação foi Zaqueu Francisco Santiago Peregrino, que veio do Brasil ainda criança com sua mãe Adsuma e se considerava filho adotivo do primo de sua mãe Mama Nassu. Ele foi à escola na casa de Nassu. Muito provavelmente, era uma escola corânica, uma vez que Mama Nassu foi descrito anos depois como sendo um “exímio conhecedor do árabe”.⁵⁰ Peregrino, que foi descrito

⁴⁷ Edward Reynolds, *Trade and Economic Change on the Gold Coast, 1807-1874*, Burnt Mills, Harlow, Essex, Longman, 1974, p. 137.

⁴⁸ NAG, SCT 17/4/12, *Nelson v. Amisah*, 1/01/1889, pp. 412-414.

⁴⁹ Parker, *Making the Town*, p. 63; NAG, Parliamentary Papers, March 1874, 46 [C892], nº 21, *Berkeley to Kimberley*, 12/09/1873, documentos 9 e 10.

⁵⁰ South Africa Native Affairs Commission, *Report of the Commission*, p. 326.

por um descendente de escravos de Mama Nassu como um “homem civilizado”, acreditava na educação formal. Até mesmo seus escravos eram educados. Quando Peregrino morreu em 1887, Titus Glover, um de seus criados, estava na quarta série da escola primária. Francis Zaccheus, o primogênito de Peregrino, nasceu em Acra em 1851. Ele foi o primeiro de uma nova geração nascida na África. Foi para a Inglaterra nos anos 1860 para estudar e nunca voltou. No final do anos 1880, mudou-se para os Estados Unidos, onde publicou um jornal no estado de Nova Iorque. Depois, se instalou na Cidade do Cabo, África do Sul, onde publicou por muitos anos o jornal *South African Spectator*. Morreu naquele país em 1919.⁵¹ Na família Nelson, muitos dos netos de John Antonio Nelson foram enviados para a Nigéria, Serra Leoa e Inglaterra para completar seus estudos, após terem frequentado a escola primária na Costa do Ouro.⁵²

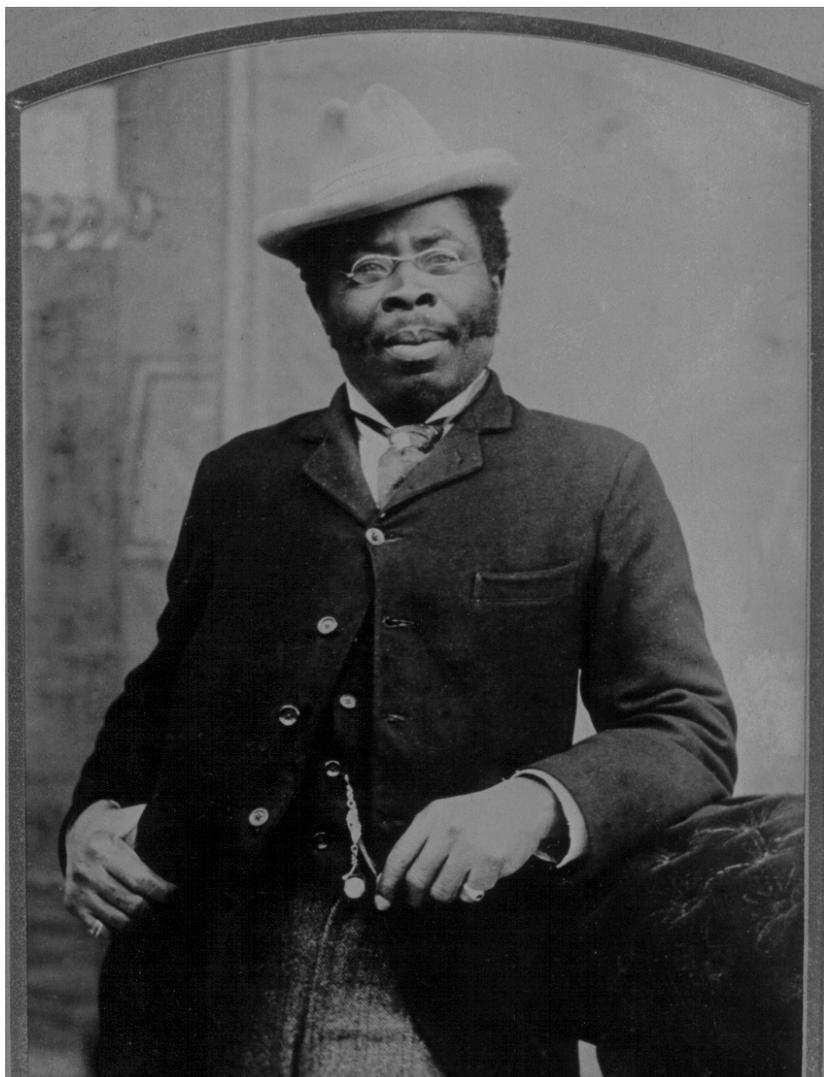
Assim, na virada para o século XX, alguns dos *tabom* começaram a tomar seus lugares na nova sociedade emergente na colônia britânica da Costa do Ouro. Um exemplo interessante é o da família Ribeiro. Motivados pelo apego de seu pai pela educação, Miguel Francisco e seu irmão mais jovem, Henry Francisco, foram para a Inglaterra para cursar Direito e seguir carreira. Miguel Francisco foi admitido na Lincoln Inn, em Londres, em 5 de junho de 1895, quando tinha 28 anos. Foi habilitado a advogar em 4 de maio de 1898 e praticou Direito em Axim e Acra. Henry Francisco também foi admitido ao Lincoln Inn com 29 anos, em 8 julho de 1902, e diplomou-se em 5 de julho de 1905.⁵³

A carreira de Henry Francisco Ribeiro tinha começado muito cedo. A West African Telegraph Company contratou-o, em 1889, com 16 anos, logo após ter terminado a educação secundária na Escola Secundária

⁵¹ NAG, *Nassu v. Basel Mission*, *op. cit.*, pp. 363, 396, 436, 444. C. C. Saunders, “F. Z. S. Peregrino and the South African Spectator”, *Quarterly Bulletin of the South African Library*, 32 (1978), pp. 81-90. National Archives of South Africa (Cidade do Cabo), MOOC 6/9/2710, n° 6248, *Certidão de óbito de Francis Zaccheus Santiago Peregrino*.

⁵² Entrevista com Mrs. Bossman; O relatório “Brazil House,” p. 8, inclui uma foto de John Antonio “Alasha” Nelson trajando à européia. Mrs. Bossman descreveu a foto em sua entrevista e identificou o homem como seu avô. Esta foto também aparece no site “Historia do povo Tabom”, http://www.brasilghana.org/cultura/historia_tabom.htm, acessado em 12/08/2005.

⁵³ Lincoln’s Inn, *The Records of the Honorable Society of Lincoln’s Inn - Admissions 1894-1956*, London, 1981, vol. 3, pp. 8, 44; Idem, *The Records of the Honorable Society of Lincoln’s Inn - The Black Books, 1845-1914*, London, 1968, vol. 5, pp. 429, 434.



Francis Zaqueu Santiago Peregrino, 1903. Afro-brasileiro da primeira geração nascida na África. Fonte: University of Birmingham, UK, Main Library, Special Collections, C9/13, Chamberlain Papers.

Wesleyana e na Escola da Igreja da Inglaterra em Acra. Seis meses depois, após ter completado seu treinamento, foi designado para trabalhar na estação telegráfica em Luanda, Angola. Sua indicação deve ter sido possível, muito provavelmente porque Ribeiro conhecia a língua portuguesa. Após ter sido habilitado a advogar em 1905, Henry Francisco atuou em Sekondi, no interior da Costa do Ouro, até 1908, quando retornou a Acra, onde se tornou um advogado de sucesso.⁵⁴

Durante as primeiras décadas do século XX, outros membros da família Ribeiro tornaram-se funcionários tanto do Governo Colonial quanto da estrutura de governo nativo. J. F. Ribeiro foi supervisor da Alfândega em Acra, em 1910. Frank J. Ribeiro tornou-se escriturário chefe no Escritório da Secretaria Colonial. Em 1919, arriscou-se a perder seu cargo quando assinou uma petição solicitando a demissão de seu chefe, porque este era, entre outras coisas, racista. Thomas B. Francisco Ribeiro era escrivão do Tribunal de Justiça de Jamestown, em Acra, nos anos 1930. Outro Francisco Ribeiro era médico com consultório na Rua Hanson, em Acra, nos anos 1920.⁵⁵

O pioneiro Francisco Ribeiro, que havia migrado do Brasil, teria ficado orgulhoso em saber que um de seus descendentes, Miguel Augustus Francisco Ribeiro, tornou-se o primeiro embaixador de Gana recém-independente nos Estados Unidos. Miguel Augustus nasceu em 1904, em Gana, e estudou na Escola Primária Metodista Winneba e na Escola Mfantsipim em Cape Coast, graduando-se em 1923. Após sua graduação, ensinou brevemente na recém-estabelecida Escola Secundária Acra e retornou para Mfantsipim como professor em 1924. Em 1925, foi o segundo estudante da Costa do Ouro a passar no exame London Matriculation.⁵⁶ O embaixador Ribeiro foi designado para Washington numa fase muito delicada das

⁵⁴ Allister Macmillan, *The Red Book of West Africa; Historical and Descriptive, Commercial and Industrial Facts, Figures & Resources*, London, W. H. & L. Collingridge, 1920, p. 226.

⁵⁵ Public Records Office, (U.K.), CO96/504, 101219, *Sons of J. F. Ribeiro, of the Customs Dept. Accra*; John Maxwell (org.), *The Gold Coast Handbook*, Accra, C. Fairweather, Government Printing Department, 1924, pp. 592, 600; Jonathan Derrick, "The 'Native Clerk' in Colonial West Africa", *African Affairs*, 82 (1983), p. 74; Kimble, *The Political History*, p. 103; NAG, *Fiscian v. Nelson*, op. cit., p. 104.

⁵⁶ A. Adu Boahen, *Mfantsipim and the Making of Ghana: a Centenary History, 1876-1976*, Accra, Sankofa Educational Publishers, 1996, pp. 53-57. O "matriculation course" preparava os estudantes para entrar no ensino superior na Inglaterra.



E. Addey Manuel (Manyo) Plange, neto de uma escrava liberta brasileira que voltou para Acra por volta de 1836. Fonte: Coleção da Library of Congress, Washington, D.C., 1920.

relações entre os dois países. Esteve constantemente sob a atenção do Departamento de Estado, o que está registrado na documentação oficial.⁵⁷

Os descendentes de Adsuma Maryamu Matta também foram bem sucedidos. Seu neto, Henry Plange, foi admitido ao Lincoln Inn em 29 de abril de 1899, com 35 anos, e habilitado a advogar em 27 de janeiro de 1902. Ele já tinha tido uma longa carreira como escriturário em casas comerciais em Serra Leoa e Costa do Ouro, e como soldado da Força Hauçá da Costa do Ouro. Entrara na vida militar em 1881 e chegou a oficial intendente em 1896. Foi a mais alta patente jamais atingida por um cidadão local nesta organização até aquela data. A Força Hauçá da Costa do Ouro era dirigida por oficiais brancos do exército britânico. Henry Plange se lembrou de suas ligações com o Brasil quando construiu uma casa na “terra brasileira” e orgulhosamente chamou-a de “Casa del Brazil.”⁵⁸

E. Addey Manuel Plange, irmão de Henry, que encurtou seu nome para Manyo Plange, graduou-se na Escola Wesleyana de Acra. Depois teve uma variedade de empregos tais como marceneiro, agrimensor e supervisor de obras na Nigéria e Costa do Ouro. Foi também militar e serviu na Expedição Ashanti, em 1895, e na Guerra Aro, em 1901, quando recebeu uma medalha dos britânicos. Em 1919, entrou no negócio de importação-exportação como “único Gerente Geral (nativo)” da companhia Tropical Traders Ltda., instalada na Horse Road, em Acra.⁵⁹ Um dos descendentes de Manyo, também chamado Manyo Plange, foi major no Exército de Gana nos anos 1960. Outro chamado John Smith Manyo Plange foi chanceler da Diocese Anglicana em Acra de 1960 a 1972.⁶⁰

Mais recentemente, encontram-se nomes “brasileiros” espalhados pela vida social e política de Gana. Na arena política, Kankam da Costa

⁵⁷ Department of State, “Foreign Relations of the United States, 1964-1968; vol. XXIV, Africa”. http://www.state.gov/www/about_state/history/vol_xxiv/x.html, acessado em 25/09/2001.

⁵⁸ Jenkins, “‘West Indian’ and ‘Brazilian’”, p. 45; Lincoln’s Inn, *The Records*, vol. 3, p. 28, e vol. 5, p. 432; *South African Spectator*, 22/03/1905, p. 5; NAG, *Nassu v. Basel Mission, op. cit.*, pp. 353. Não há explicação para o motivo pelo qual o nome da casa foi escrito em espanhol e não em português.

⁵⁹ MacMillan, *The red book*, p. 196.

⁶⁰ Festus B. Aboagye, *The Ghana Army: a Concise Contemporary Guide to its Centennial Regi-mental History, 1897-1999*, Accra, SEDCO, 1999, p. 276; M. E. J. Crew (org.), “Historical Notes and Memorial Inscriptions from Ghana, 1988-1990”. <http://www.archimedes.free-online.co.uk/ghana.htm>, acessado em 26/10/2005.

foi um líder estudantil no começo dos anos 1970 e indicado como vice-ministro da Defesa em 1977. No campo esportivo, Kasula da Costa foi jogador da seleção nacional de futebol de Gana em meados dos anos 1990, e Azumah Nelson foi três vezes campeão mundial de boxe nas categorias peso-pena e superpena. Após ter se aposentado em 1998, foi considerado “o maior boxeador africano de todos os tempos”.⁶¹

Nas artes, Tom Ribeiro é um bem sucedido diretor de cinema que apresenta suas produções ganenses em festivais por todo o mundo. Por sua vez, Miguel A. F. (Francisco?) Ribeiro, um proeminente advogado ganense, serviu como assessor para a comissão que estudou as causas do desastre que matou 126 torcedores durante um jogo de futebol no estádio de Acra, em 9 de maio de 2001.⁶²

Em abril de 2005, mais um elo da história afro-brasileira na África Ocidental foi criado quando o presidente Luis Inácio Lula da Silva visitou Acra e foi homenageado pelo povo *tabom* com um durbar na Embaixada do Brasil em Acra. O presidente Lula recebeu como presente uma bata denominada *batakari* de cor branca e bordada à mão, uma estola *kente* típica de Gana e um par de sandálias. Os presentes simbolizavam que ele era reconhecido como um chefe dos *tabom*. Ele declarou que fazia uma “visita de irmão” a Gana e se sentia em casa, como se estivesse na Bahia.⁶³

Assim, com nomes “brasileiros” e uma “Casa Brasileira” situada na Rua Brasil, a memória dos imigrantes afro-brasileiros que chegaram nas primeiras décadas do século XIX e os elos de afeição com o Brasil persistirão por muito tempo em Acra.

⁶¹ David Owusu-Ansah e Daniel Miles McFarland, *Historical Dictionary of Ghana*, Metuchen, NJ, Scarecrow Press, 1995, p. 83; Thomas Esamie et al., “Socceroo Internationals for 1995”. <http://www.ozfootball.net/ark/Socceroo/1995A.html>, acessado em 26/10/2005; “Nelson announces retirement”, <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/ghana/PEOPLE/azumah.html>, acessado em 26/10/2005.

⁶² “Cinéma anglophone : la piste vidéo”. http://www.rfi.fr/fichiers/evenements/articles_evenements/fespaco/fespaco5.asp; “Cobra Verde”. <http://www.hollywood.com/movies/detail/id/183783>; “Arms not desirable at stadium”, <http://ghanaweb.net/GhanaHomePage/soccer/artikel.php?ID=15626>, acessados em 6/11/2005.

⁶³ “Agenda do Presidente, terça-feira, 12 de abril de 2005”. http://www.radiobras.gov.br/presidente/agenda/o4/agenda_120405.htm; “Brasileiro vive dia de rei em Gana e come feijoada” e “Em Gana, presidente se imagina na Bahia”. <http://www.delila.ws/marco/ghana/lula/jornais.htm>; “Lula diz que fez visita de irmão a Gana”. <http://www.presidencia.gov.br/seppir/not/not230.htm>, acessados em 12/08/2005.

APÊNDICE A

Imigrantes *tabom* pioneiros

NOME	GÊNERO	OBSERVAÇÕES E FONTES
Adama, Malam	M	Malam é um termo hauçá para designar pregador muçulmano. Morreu em 1882 (Brown, “Historical Account”, p. 196).
Adulai	M(?)	Provavelmente grafia errônea de Abudulai. Nenhuma outra informação disponível (NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p. 40).
Aliptara	M	Nenhuma outra informação exceto o nome (Brown, “Historical Account”, p.196).
Aruna, Malam	M	Chegou do Brasil casado com Fatuma (NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p.142).
Aruna, Fatuma	F	Esposa de Malam Aruna.
Asuman, Kangidi	M	Adamu (<i>The Hausa Factor</i> , p. 135) grafou o nome como Usuman. Aparentemente, o filho adotou o nome do pai como sobrenome, grafando-o como Asumah, e adotou Nelson como sobrenome. Dabuku (<i>Korle Meets the Sea</i> , p. 180) grafa Azumah e identifica-o como um nome hauçá. Ahmed-Rufai (“The Muslim”) diz que a grafia original era provavelmente Uthman.
Cláudio (Claude)	M	Filho de Adsuma Maryamu Matta. Foi do Brasil com sua mãe e retornou para lá já adulto (NAG, <i>Millers v. Van Hein</i> , p.500).
Costa, Tiago	M	Chegou em Acra em 1838 (NAG, <i>Millers v. Van Hein</i> , p.499).
Ferku[e]	M	Casou com a escrava Yawah (NAG, <i>Yawah v. Maslieno</i> , p.37).
Mama, Abu	M	Nenhuma outra informação exceto o nome (Brown, “Historical Account”, p. 196).
Maslino, Zuzer	M	Veio do Brasil ainda criança. Era filho de Malam Aruna, mas não com sua esposa legítima (NAG, <i>Matter of Public Lands</i> , pp. 2 e 3). Seu primeiro nome também é grafado como Zuza (NAG, <i>Nelson v. Ammah e Aruna</i> , p.36).
Matta, Adsuma Maryamu	F	Adsuma era prima de Mama Nassu. Foi do Brasil com Nassu e acompanhada por dois filhos pequenos, Zaqueu e Claudio. O menino J. P. Mattier nasceu durante a viagem para a África (NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , pp. 396-397; <i>Millers v. Van Hein</i> , pp. 499-500; <i>Peregrino v. Papafio</i>). Teve mais três crianças na África (Adelaide Maria, Ahotey e Ahottei). Todos os seus filhos eram de pais diferentes (NAG, <i>Millers v. Van Hein</i> , p. 512).

NOME	GÊNERO	OBSERVAÇÕES E FONTES
Mattier, J. P.	M	Filho de Adsuma. Nasceu durante a travessia marítima para a África (NAG, <i>Mattier v. Lamptey</i> , p.146; <i>Millers v. Van Hein</i> , pp.500, 508). Morreu em 1902 (NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , p. 444).
Nassu, Fátima	F	Nenhuma outra informação exceto o nome.
Nassu, Mama	M	Mama (também grafado como Mahama) é uma corruptela de Mohamed. Construiu a primeira casa no local onde hoje está a Brazil House (“Brazil House”, p.13). Morreu em 1874 (NAG, <i>Millers v. Van Hein</i> , p.487).
Nassu, Supiana	F	Esposa de Mama Nassu.
Oshaw	M	Casado com Adsuma.
Peregrino, Zaquue Francisco Santiago	M	Filho de Adsuma. Foi um plantador de fumo. Morreu em 1887 (NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , p.444).
Ribeiro, Francisco	M	Pediu a criação de escolas em Acra (Parker, <i>Making the Town</i> , p. 82).
Sokoto, Mahama	M	Seu nome também é grafado como Mamah. Ambas as formas são variantes de Mohamed. Negociou com a liderança <i>gã</i> para obter a “terra brasileira”. Depois a dividiu entre famílias brasileiras.
Titingi, Mama	M	Nenhuma outra informação exceto o nome (Brown, “Historical Account”, p. 196).
Vieira, José	M	Cultivou na “terra brasileira” (NAG, <i>Matter of Public Lands</i> , p.36).
Wadulai	M	Nenhuma outra informação exceto o nome (NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p.145).

Fontes consultadas para a elaboração do Apêndice: Mahdi Adamu, *The Hausa Factor in West African History*, Zaria/Ibadan, Ahmadu Bello University Press/Oxford University Press Nigeria, 1978; Misbahudeen Ahmed-Rufai, “The Muslim Association Party: A Test of Religion Politics in Ghana”, texto apresentado à *Annual Conference of the Historical Society of Ghana*, Institute of African Studies, University of Ghana, Legon, Ghana, 25-28/07/2002; “Brazil House Rehabilitation Project”, relatório preparado pela Embaixada do Brasil em Acra, Gana, em colaboração com o Secretário do Tabon Mantse e UNESCO, 2001; A. Addo-Aryee Brown, “Historical account of Mohammedanism in the Gold Coast”, *The Gold Coast Review*, 3 (1927); Mary Esther Kropp Dabuku, *Korle Meets the Sea: A Sociolinguistic History of Accra*, New York, Oxford University Press, 1997; John Parker, *Making the Town: Gã State and Society in Early Colonial Accra*, Portsmouth, NH, Heinemann, 2000. Processos no National Archives of Ghana (NAG): SCT 2/4/21, *Matter of Public Lands in the Supreme Court of the Gold Coast Colony held at Victoriaborg, the 15th day of November, 1895. Case of Plange and the Brazilians*; SCT 2/4/21, *Mattier v. Lamptey*, 13/03/1888; SCT 2/4/50, *Millers v. Victoria Van Hein*, 12/02/1912; SCT 2/4/59, *Nassu v. Basel Mission and Mariam Victoria Van Hein*, 03/03/1915; *Nelson v. Ammah and Aruna*, 14/10/1939; SCT 2/4/13, *Peregrino v. Papafio*, 1879; SCT 15/1/56, *Yawah per J. M. Aryeequaye v. Joseph Edward Maslieno*, 02/01/1930.

APÊNDICE B

Escravos pertencentes aos *tabom*

NOME	GÊNERO	PROPRIETÁRIO	NOTAS E FONTES
Abuhakari, John	M	Nassu, Mama	Veio de Yendi, que era parte de Ashanti (NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , p.359; Kimble, <i>The Political History</i> , p. 265, n. 4).
Adabraka	M	Nassu, Mama	Viveu na “terra brasileira”. Morreu em 1912 (NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , p. 39).
Adichoy	F	Aruna, Malam	(NAG, <i>Matter of Public Lands</i> , p. 3). É possivelmente corruptela do nome Adotsoo.
Ahoteyfio	M	Nassu, Mama	Era também conhecido como J. A. Nelson ou George Ahotey Nelson. Sua mãe era escrava de Mama Nassu (NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , pp. 232, 242, 259). Era carpinteiro (NAG, <i>Millers v. Van Hein</i> , p. 501). Morreu em 1915 (NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , p. 259).
Aidah	F(?)	Aruna, Malam	Também grafado como Adjuah e Adjeah (NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , pp. 84, 149).
Antonio	M	Vieira, José	Cultivou a porção de José Vieira nas “terras brasileiras” (NAG, <i>Matter of Public Lands</i> , p. 31).
Asuma	F	Nassu, Mama	(NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , p. 353).
Aziah	M	Aruna, Malam	(NAG, <i>Matter of Public Lands</i> , p. 3). Possivelmente Aziz, um nome huaçá mal grafado.
Donganah	M	Aruna, Malam	(NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , pp. 143, 147).
Glover, Titus	M	Peregrino, Zaqueu Francisco Santiago	Recebeu educação enquanto vivia na casa de Peregrino. Trabalhou no Departamento Gráfico do Governo Colonial (NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , p. 450).
Noah	M	Aruna, Malam	(NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p. 147). Veio de Yendi (NAG, <i>Nassu v. Basel Mission</i> , p. 361).

NOME	GÊNERO	PROPRIETÁRIO	NOTAS E FONTES
Osobo	M(?)	Aruna, Malam	(NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p. 149).
Peter	M	Aruna, Malam	(NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p. 149; <i>Tackie v. Nelson</i> , p. 15).
Sam, Thomas	M	Aruna, Malam	(NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p. 149; <i>Tackie v. Nelson</i> , p. 15).
Seibu, Daniel	M	Nassu, Mama	Foi comprado como escravo nos anos 1850. O nome também é grafado como Sabu (NAG, <i>Matter of Public Lands</i> , p. 35). Trabalhou também para a família Nelson (NAG, <i>Tackie v. Nelson</i> , p. 11-12).
Tamada	F	Aruna, Malam	(NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p. 149).
Yamafu	F	Aruna, Malam	Possivelmente um nome hauçá mal grafado: Ramatu. Morreu em 1939 (NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p. 142).
Yawah	F	Aruna, Fatuma	Foi comprada como escrava em Ayigbe quando ainda jovem (NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p. 37, 108). Em 1930, era considerada a líder da família Aruna (NAG, <i>Nelson v. Ammah</i> , p. 83). Casada com um homem <i>tabom</i> chamado Ferku ou Ferkue (NAG, <i>Yawah v. Maslieno</i> , p. 37).

Fontes consultadas para a elaboração do Apêndice: David Kimble, *The Political History of Ghana: the Rise of Gold Coast Nationalism, 1850-1928*, Oxford, Clarendon Press, 1965. Processos no National Archives of Ghana, SCT 21/7/19, *King Tackie v. Robert Nelson*, 29/09/1892; SCT 2/4/21, *Matter of Public Lands, in the Supreme Court of the Gold Coast Colony held at Victoriansborg the 15th of November, 1895. Case of Plange and the Brazilians*; SCT 2/4/50, *Millers v. Victoria Van Hein*, 12/02/1912; SCT 2/4/59, *Nassu v. Basel Mission and Mariam Victoria Van Hein*, 3/03/1915; *Nelson v. Ammah and Aruna*, 14/10/1939; SCT 15/1/56, *Yawah per J. M. Aryeequaye v. Joseph Edward Maslieno*, 02/01/1930.